

DOCUMENTO DEL BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO

BRASIL

**LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL PARA PROJETOS DE INVESTIMENTO
(CCLIP)**

**PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL NO BRASIL -
PROFISCO II / PRIMEIRA OPERAÇÃO INDIVIDUAL PROFISCO II/ CEARÁ**

(BR-L1502)

PERFIL DE PROYECTO

Este documento fue preparado por el equipo compuesto por: José Tostes (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Cristina MacDowell, Co-chefe de equipe, Carlos Pimenta (IFD/FMM), Andres Munoz, Ana Dezolt e Patricia Bakaj (FMM/CBR); Santiago Schneider e Karina Diaz (FMP/CBR); Guillermo Eschoyez (LEG/SGO); Andreza Siqueira (CSC/CBR); Maria Lorena Kevish (IFD/FMM); e Eugenio Lira e Marcio Cracel (consultores)

De conformidad con la Política de Acceso a Información, el presente documento está sujeto a divulgación pública.

PERFIL DE PROJETO

BRASIL

I. DADOS BÁSICOS

Nome do Projeto: Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento (CCLIP)/Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil – PROFISCO II / Primeira Operação Individual PROFISCO II/Ceará

Número do Projeto: BR-X1039; BR-L1502

Equipe de Projeto
BR-X1039/BR-L1502 José Tostes (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Cristina MacDowell, Co-chefe de equipe, Carlos Pimenta (IFD/FMM), Andres Munoz, Ana Dezolt e Patricia Bakaj (FMM/CBR); Santiago Schneider e Karina Diaz (FMP/CBR); Guillermo Eschoyez (LEG/SGO); Andreza Siqueira (CSC/CBR); Maria Lorena Kevish (IFD/FMM); e Eugenio Lira e Marcio Cracel (consultores)

Contraparte da Linha
BR-X1039 República Federativa do Brasil por meio do Ministério da Fazenda.

Mutuário da primeira operação: Estado do Ceará

Órgão Executor da primeira operação: Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Fazenda (SEFAZ)

Fiador: República Federativa do Brasil

Plano Financeiro:	Linha de Credito CCLIP	1ª Operação individual
BID: Capital Ordinário (CO)	US\$900 milhões	US\$70 milhões
Contrapartida Local:		US\$7 milhões
Total	US\$900 milhões	US\$77 milhões

Salvaguardas: Políticas identificadas: B1, B.2, B.3, B.7, B.13

II. JUSTIFICATIVA GERAL E OBJETIVOS

- 2.1 Em 2008, o Banco aprovou a Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento (CCLIP) denominada Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO/BR-X1005 - CCLIP-PROFISCO I), por um montante de US\$500 milhões, ampliado até US\$700 milhões em 2013. O objetivo do programa foi promover a integração dos fiscos e a modernização da gestão fiscal, financeira e patrimonial dos beneficiários e possibilitou a implantação do Sistema

Público de Escrituração Digital (SPED)¹ com destaque para a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)².

- 2.2 Para consolidar os avanços alcançados pela CCLIP-PROFISCO I e dar continuidade a modernização da gestão fiscal, os estados, com o apoio do Ministério da Fazenda³, solicitaram ao Banco uma nova CCLIP. A linha de crédito BR-X1039 (CCLIP-PROFISCO II) foi concebida para apoiar a evolução do SPED na automação da auditoria fiscal⁴, na simplificação das obrigações tributárias⁵, que possibilitará a extinção de pelo menos 12 declarações tributárias mensais por contribuinte e no aprimoramento das compras públicas⁶, com a formação de preços de referência, reduzindo custos e tempos de processamento.
- 2.3 Adicionalmente, o programa apoiará a implantação da Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e)⁷, última etapa da implantação dos documentos fiscais eletrônicos e o aperfeiçoamento da gestão financeira e dos gastos públicos⁸. Esta linha de crédito visa aumentar a arrecadação, melhorar o ambiente de negócios e a competitividade do país. O PROFISCO II do Ceará é o primeiro projeto individual no âmbito da CCLIP-PROFISCO II.
- 2.4 **Inovações da CCLIP-PROFISCO II.** Além do fortalecimento de processos, metodologias e tecnologias já promovido pela CCLIP-PROFISCO I novas tecnologias da economia digital permitirão inovar ainda mais a gestão fiscal por meio do uso de inteligência artificial, *big data* e auditorias fiscais eletrônicas, bem como da automação do processo tributário.
- 2.5 Destacam-se ainda as seguintes ações que deverão integrar todas as operações individuais: (i) simplificação do registro cadastral de empresas, por meio de sua integração nos três níveis de governo; (ii) eliminação de declarações tributárias a partir da incorporação de suas informações à escrituração fiscal digital no SPED; e (iii) centralização e automação do pagamento dos impostos relacionados ao comércio exterior. Para aprimorar a gestão financeira, o programa apoiará a atualização tecnológica dos Sistemas Integrados de Administração Financeira (SIAFs)⁹ e sua integração às diversas áreas das gestões estaduais.
- 2.6 Entre as principais lições aprendidas com o programa anterior, se destacam: (i) no desenho, a falta de um instrumento para identificar soluções inovadoras nos processos de gestão fiscal, considerando as melhores práticas nacionais e internacionais; e (ii) na execução, se constatou que algumas operações necessitavam instrumentos para acelerar suas execuções. Para isto, foi desenvolvida pelo Banco para sua utilização e dos executores a ferramenta de monitoramento Plano de Aceleração da Execução ([PAE](#)), que também será

¹ Sistema digital que permite envio eletrônico dos livros e documentos contábeis e fiscais das empresas de forma integrada aos três níveis de governo.

² [McKinsey&Company, 2014](#): NF-e e SPED aumentaram o risco de detecção da evasão de impostos e contribuíram para reduzir informalidade do emprego no Brasil nos últimos 10 anos (de 55% para 40%).

³ [Ofício do Ministro da Fazenda e Carta dos Secretários de Fazenda](#).

⁴ Uso do SPED, associado à inteligência artificial, ampliará possibilidade de identificação de fraudes fiscais. Ver [Araujo, 2013](#).

⁵ [Banco Mundial, 2017](#). No Brasil se gasta 2.038 horas/ano para cumprimento tributário enquanto média regional é de 564 horas.

⁶ [CONSAD, 2016](#).

⁷ [ENCAT](#).

⁸ [GEFIN/BID-2016](#): apenas 9 estados possuem SIAFs tecnologicamente compatíveis com as novas regras de contabilidade e integrados às áreas da gestão.

⁹ Benefícios dos SIAFs: [Pimenta e Pessoa, 2015](#).

adotada para apoiar a execução de operações deste programa. O PAE identifica por meio do *Project Monitoring Report* (PMR) os produtos que apresentam atrasos na execução. Analisa as atividades específicas em atraso e seus responsáveis. Prepara um conjunto de medidas de mitigação, incluindo indicadores intermediários que permitem acompanhar o progresso. Acompanha no dia/dia o avanço desses indicadores até que a execução seja normalizada. A metodologia contempla uma ferramenta Excel de apoio.

- 2.7 Para atender a lição aprendida relativa ao desenho, foi desenvolvida a metodologia de avaliação da Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal ([MD-GEFIS](#)), pelo Banco, Comissão de Gestão Fazendária (COGEF) e Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), que apura a maturidade dos processos de gestão fiscal dos estados em 3 eixos (gestão fazendária, administração tributária e financeira), onde cada eixo contempla 6 dimensões. Para cada uma das 18 dimensões é estabelecido um índice de maturidade de acordo com a presença e qualidade dos processos requeridos. Adicionalmente, se identifica e quantifica indicadores de resultados correspondentes às dimensões, que apoiam na verificação dos índices estabelecidos. Com base nessa avaliação, coordenada por consultores do Banco, é possível identificar as áreas que necessitam fortalecimento. A MD-GEFIS foi aplicada em todos os projetos em preparação¹⁰ e seus resultados serão utilizados como linha de base para o monitoramento e avaliação dos processos e indicadores de desempenho.
- 2.8 **Aspectos econômicos e fiscais.** A CCLIP-PROFISCO II se reveste de maior importância em virtude da crise que a economia brasileira vem enfrentando. O Produto Interno Bruto brasileiro (PIB-BR) recuou 3,8% em 2015 e 3,6%¹¹ em 2016, com previsão de crescimento de apenas 0,3% em 2017 e 1,3% em 2018¹². O superávit primário do setor público consolidado passou de uma média de 3,4% do PIB-BR, entre 2002-2008, para 1,3% entre 2009-2015. Em 2016 registrou-se déficit primário de 2,5% do PIB-BR¹³. A dívida pública que era de 60% do PIB-BR em 2013 deve atingir 76,9% em 2017 e 84,3% em 2021¹⁴.
- 2.9 Esse contexto teve efeitos negativos nos estados. A receita tributária passou de 7,67% do PIB-BR em 2008 para 6,98% em 2015¹⁵. As transferências do governo federal aos estados também caíram, nesse mesmo período, de 2,9% do PIB-BR¹⁶ para 2,59%. Ao mesmo tempo, houve um crescimento dos gastos correntes que passaram de 10,21% do PIB-BR em 2011 para 10,96% em 2015¹⁷. A partir de 2012, houve uma deterioração do resultado primário e, em 2014, 19 estados apresentaram déficit primário¹⁸.
- 2.10 O efeito da crise foi ainda maior sobre a atividade econômica do Ceará. O PIB cearense (PIB-CE) caiu 3,48% em 2015 e 5,33% em 2016¹⁹. O impacto sobre a

¹⁰ Projetos dos estados do Ceará, Piauí, Pará, Pernambuco e Maranhão.

¹¹ Fonte: [IBGE, 2017](#).

¹² Fonte: [FMI, 2017](#).

¹³ Fonte: [IFI, março 2017](#).

¹⁴ Fonte: [IFI: fevereiro 2017](#).

¹⁵ Fonte: [Rossi, 2016](#).

¹⁶ Fonte: [STN, 2016](#).

¹⁷ Fonte: [Rossi, 2016](#).

¹⁸ Fonte: [Rossi, 2016](#).

¹⁹ Fonte: [IPECE, Mar 2017](#).

arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de recursos do Estado, entretanto, foi menor do que a média nacional: a relação ICMS/PIB-CE foi 7,48% em 2009, 7,86% em 2013, 7,3% em 2015, e 7,52% em 2016²⁰. Os gastos correntes reduziram de 15% do PIB-CE em 2011 para 13,1% em 2015, sendo que os gastos com pessoal cresceram 1,2 p.p do PIB-CE no mesmo período, alcançando 40,71% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2016, abaixo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (46,55%)²¹.

- 2.11 Os investimentos representam 15,8% da RCL²², apesar da redução nominal de US\$1,0 bilhões em 2015 para US\$774 milhões em 2016. Como resultado, o Estado apresentou déficit primário nos anos de 2014 e 2015. Sua relação Dívida Consolidada Líquida/RCL, entretanto, vem sendo reduzida e atingiu 43,6% em 2016²³.
- 2.12 O impacto da crise econômica sobre a arrecadação tributária no Ceará foi minimizado, em parte, pelos investimentos de modernização da CCLIP-PROFISCO I (2044/OC-BR, [PCR](#)), que resultaram em incrementos, entre 2007 e 2015: (i) do ICMS proveniente do segmento de mercado varejista que passou de US\$191 milhões para US\$484 milhões; e (ii) da arrecadação resultante da automação dos postos fiscais que cresceu de US\$3,1 milhões para US\$3,3 milhões. Ademais, a economia cearense se beneficiou no mesmo período: (i) da redução do tempo médio de espera dos veículos de carga nos Postos Fiscais de 15 horas para 51 minutos; (ii) do aumento das inscrições cadastrais realizadas em até 72 horas de 19% para 89,18%; e (iii) do incremento dos documentos recebidos via *Web*, que passou de zero para 98,65%.
- 2.13 O contexto macroeconômico nacional pode colocar em risco a situação fiscal do Ceará, o que reforça a importância da modernização da gestão fiscal. Neste sentido, no Ceará ainda há desafios que foram identificados por meio da aplicação da [MD-GEFIS/CE](#).
- 2.14 **A gestão fazendária (GF)** apresenta debilidades que comprometem o desempenho institucional: (i) não existe metodologia para identificação e avaliação de riscos institucionais e fiscais e plano de mitigação; (ii) faltam instrumentos para gestão por resultados e estrutura de monitoramento das ações; (iii) a gestão da informação é precária e não há direcionamento estratégico, gestão das operações, gestão dos riscos e segurança das informações; (iv) a gestão de pessoas é incipiente e não é realizada a identificação e quantificação da força de trabalho necessária para cumprimento dos objetivos institucionais; (v) não existe plano de gestão de logística e não se conta com diretrizes e sistemáticas para compras, gestão de contratos e convênios; e (vi) existe baixa interação do fisco com a sociedade devido à falta de mecanismos de participação social na governança.
- 2.15 **Na administração tributária (AT)** o grau de evasão fiscal ainda é alto, afetando o desempenho arrecadatório. Estima-se que no Brasil a evasão fiscal representa 7,6% PIB-BR, porém faltam estimativas para os estados: (i) o gerenciamento das receitas, dos incentivos fiscais e da dívida ativa é deficiente, a recuperação

²⁰ Fonte: [SEFAZ CE, 2017 ICMS x PIB](#).

²¹ Fonte: [STN, 2016](#).

²² Fonte: [FIRJAN, 2017](#).

²³ Fonte: [STN](#).

representou nos últimos anos em média somente 1,22% do estoque. Adicionalmente, a dívida ativa não é segmentada e inexistente plano de mitigação, penhora de faturamento; (ii) faltam regras de cobrança, arrolamento de bens dos devedores e inscrição automática na dívida ativa; (iii) o cadastro de contribuintes está desatualizado; e (iv) há duplicidade de declarações tributárias.

- 2.16 **A administração financeira (AF)** não está estruturada para apoiar de forma eficaz a gestão fiscal do estado e otimizar os recursos públicos: (i) a gestão de caixa é precária; (ii) faltam instrumentos de avaliação de ativos e passivos, da qualidade dos gastos e dos serviços públicos; (iii) o sistema de gestão financeira (SIAF) não é integrado aos demais sistemas; (iv) não há instrumentos automatizados para gestão da dívida pública; e (v) o gerenciamento do investimento público é deficiente.
- 2.17 **Estratégia do Banco com o país.** A CCLIP-PROFISCO II e o operação individual de Ceará estão alinhados à Estratégia País no Brasil (GN-2850) referente ao aumento da produtividade e competitividade, ao promover a melhora do clima de negócios, fortalecimento institucional de entes subnacionais e a melhoria da eficiência na gestão dos recursos públicos.
- 2.18 **Alinhamento estratégico.** O programa e o projeto são consistentes com a Estratégia Institucional (UIS) 2010-2020 (AB-3008) e se alinha estrategicamente ao desafio de desenvolvimento de produtividade referente a inovação do Marco de Resultados Corporativos 2016-2019 (GN-2727-6) nos indicadores de resultados de aumento dos impostos arrecadados como porcentagem do PIB por meio do aumento do cumprimento tributário, e com os indicadores de produto: agências governamentais com sistemas fortalecidos que beneficiam a melhoria dos serviços públicos ao modernizar os sistemas tributários²⁴ e de gestão e planejamento os recursos públicos²⁵. Alinham-se à Estratégia Setorial sobre as Instituições para o Crescimento e Bem-Estar Social (GN-2587-2), ao Marco Setorial de Política e Gestão Fiscal (GN-2831-2) e ao Marco Setorial de Descentralização e Governos Subnacionais (GN-2813-3) nas seguintes dimensões: (i) melhorar a eficiência e qualidade do gasto e prestação de serviços, (ii) aumentar a arrecadação de impostos; e (iii) promover maior transparência e prestação de contas.

III. OBJETIVO, DESCRIÇÃO E RESULTADOS ESPERADOS

- 3.1 O objetivo da CCLIP PROFISCO II, é contribuir para a sustentabilidade fiscal por meio da modernização da gestão fazendária, administração tributária e gestão do gasto público, possibilitando a prestação de melhores serviços públicos aos seus cidadãos. Todas as operações individuais contemplam a mesma estrutura de componentes e produtos que podem ser selecionados no escopo dos 3 eixos e 18 dimensões da MD-GEFIS.
- 3.2 A equipe de projeto do Banco analisou com o mutuário as modalidades de empréstimo disponíveis, conforme descrito no parágrafo 4.7, comparando as opções de empréstimo de inversão com a modalidade de empréstimo baseado em resultados (LBR), e o estado do Ceará optou por um empréstimo de inversão, e não por um LBR. Entre as principais razões para esta escolha da modalidade de inversão, o mutuário informou à equipe de projeto que é devido ao valor

²⁴ Todos os 5 produtos do Componente II contribuem para o alcance dos objetivos.

²⁵ Todos os 6 produtos do Componente III contribuem para o alcance dos objetivos.

agregado do Banco durante a execução, por meio de uma supervisão e acompanhamento técnicos no desenho dos produtos e tarefas, e nos processos de aquisição do projeto. Adicionalmente, o estado do Ceará informou que a modalidade de inversão é a única que permite realizar os investimentos do projeto nos prazos requeridos, para alcançar os primeiros resultados, e que seriam por valores que superam 25% do total do projeto (15% que não teriam a necessidade de comprovar resultados e poderiam gerar desembolsos, mais 10% que poderiam ser retroativos), e que o estado não dispõe de recursos próprios para financiar esta necessidade inicial de recursos²⁶.

- 3.3 O objetivo da operação individual do Ceará é contribuir para a sustentabilidade fiscal do estado por meio da modernização da gestão fazendária, administração tributária e gestão do gasto público, contribuindo para a obtenção de melhores serviços públicos aos seus cidadãos. A primeira operação de empréstimo, adotará a modalidade de inversão para projetos específicos e terá um prazo para desembolsos de cinco anos. Está prevista a utilização de financiamento retroativo, por um montante e para despesas que se descreverão no Proposta de Desenvolvimento da Operação (POD). A operação financiará os seguintes componentes/produtos²⁷:
- 3.4 **Componente I. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal. (US\$30,338 milhões)** visa aperfeiçoar os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e melhorar o relacionamento com os contribuintes e financiará: (i) metodologia de análise de riscos institucionais e fiscais; (ii) sistemática de avaliação de projetos fazendários; (iii) modelo de competências para planejamento e capacitação da força de trabalho; (iv) modelo de governança, segurança e gestão de dados; (v) sistema de gestão de compras, estoques, contratos e convênios; e (vi) modernização dos canais de comunicação com a sociedade e educação fiscal.
- 3.5 **Componente II. Administração Tributária e Contencioso Fiscal. (US\$37,842 milhões)** visa aumentar as receitas próprias e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias e financiará: (i) sistema de monitoramento dos contribuintes e de gestão dos benefícios fiscais; (ii) procedimentos de controle de trânsito de mercadorias interestaduais; (iii) processo tributário eletrônico e de sistema de controle da dívida ativa; (iv) sistema da cobrança e arrecadação; (v) modernização e integração do cadastro de contribuintes²⁸; e (vi) simplificação das obrigações tributárias.

²⁶ A crise econômica do país teve efeitos negativos nos estados como comentado nos parágrafos 2.8 a 2.11. Em consequência, os estados enfrentam atualmente problemas de fluxo de caixa (alguns estão em dificuldades com o pagamento mensal dos salários de seus funcionários) e com reduzida disponibilidade para investimentos com recursos próprios.

²⁷ Todos os produtos dos 3 componentes foram dimensionados em estrita coordenação com as autoridades do Governo do Ceará durante a elaboração da Carta Consulta, assim como foram aperfeiçoados nas missões de preparação, considerando as categorias exigidas pelo Banco. A equipe do PROFISCO II utiliza um instrumento denominado Matriz de Problemas/Causas/Soluções/Resultados que auxilia na identificação dos produtos e atividades a serem financiadas de acordo com sua problemática. Adicionalmente a equipe também conta com uma ferramenta Excel denominada PAI, que apoia na quantificação das ações identificadas. Estas ferramentas serão anexadas nos Links eletrônicos do PP e POD.

²⁸ O cadastro de contribuintes (registro em espanhol) é um produto que será implantado individualmente em cada projeto. Foi definido um modelo de cadastro para todo o país, portanto obrigatoriamente qualquer ente governamental terá que seguir os padrões estipulados para aderir ao cadastro, sendo a implantação conduzida de forma independente.

- 3.6 **Componente III. Administração Financeira e Gasto Público. (US\$7,703 milhões)** visa aumentar a eficiência do planejamento e execução financeira e a qualidade dos gastos e financiará: (i) sistema de projeções financeiras e de automação do fluxo de caixa; (ii) sistema de conciliação bancária; (iii) sistema de gestão de ativos e de passivos; (iv) modelo de gestão de custos; (v) SIAF adequado as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e integrado aos demais sistemas; (vi) sistema de gestão da dívida pública; e (vii) modelo de gestão do ciclo de investimento público.
- 3.7 **Custos Administrativos (US\$0,340 milhões).** Serão utilizados para financiar a estrutura e funcionamento da Unidade de Coordenação do Programa (UCP) que será responsável pela coordenação geral do projeto, as avaliações e as auditorias das demonstrações financeiras. Adicionalmente, está previsto o valor de US\$669 mil para imprevistos.
- 3.8 **Resultados esperados.** (i) melhoria da maturidade da gestão fiscal²⁹; (ii) incremento na relação Receita Própria/PIB Estadual; e (iii) melhoria da discrepância entre o orçamento planejado original e o executado³⁰.

IV. ASPECTOS TÉCNICOS E CONHECIMENTO DO SETOR

- 4.1 **Instrumento:** O instrumento escolhido para o Programa PROFISCO II é a CCLIP, uma vez que é o mais adequado para o financiamento do aperfeiçoamento da gestão fiscal brasileira, por meio de projetos individuais no âmbito dos governos federal e estaduais, com garantia soberana. A CCLIP permite padronizar em todos as operações individuais os aspectos comuns do programa, promovendo expressivas economias de escala. No desenho, é possível aprovar várias operações individuais sob a mesma definição de objetivos e resultados, componentes, produtos obrigatórios, avaliação unificada e utilização de um Regulamento Operacional do Programa (ROP) Marco³¹. Na execução, ganhos importantes com o intercâmbio de informações e de práticas entre os projetos compartilhando soluções.
- 4.2 Além disso, a CCLIP atende a uma das principais demandas dos Estados brasileiros, que requerem um mecanismo ágil, de respostas rápidas para a preparação e aprovação de operações, com baixos custos. Ademais necessitam urgência nos resultados visando a preservação do equilíbrio fiscal, o incremento

²⁹ Número de processos da gestão fiscal aperfeiçoados em relação à linha de base, de acordo com MD-GEFIS.

³⁰ Aferida por meio da comparação entre os valores do orçamento aprovado e sua execução registrada no Balanço Geral do Estado.

³¹ O uso de um ROP Marco se justifica porque todos os projetos individuais se regem sob uma mesma estrutura de Componentes, Produtos e Subprodutos. Todos os projetos serão executados pelas secretarias de fazenda dos estados respectivos. A estrutura organizacional e os regimentos normativos das entidades que compõem o setor fiscal dos estados é basicamente a mesma. O ROP se constitui em um documento de orientação para a implementação do PROFISCO II, com o fim de descrever os objetivos, os componentes, as ações prioritárias, o arranjo de implementação, os mecanismos de monitoramento e avaliação e os procedimentos de auditoria do Programa. Os projetos individuais da CCLIP-PROFISCO II—serão regidos por este ROP. Trata-se, portanto, de um instrumento de adesão obrigatória e consulta permanente para os órgãos executores e das suas Unidades de Coordenação do Programa (UCP). Este instrumento, aprovado conjuntamente com a primeira operação individual de crédito, abordará os seguintes aspectos: (i) propósitos e definições; (ii) descrição da CCLIP PROFISCO II; (iii) arranjo Institucional; (iv) mecanismos de execução dos projetos; (v) disposições de monitoramento e avaliação; (vi) controle Interno e auditoria; e (vii) manutenção, operação e conservação. Adicionalmente, para o CCLIP-PROFISCO I foi utilizado um ROP Marco, sem que nenhuma inconveniência tenha sido reportada.

- das receitas e a melhoria da qualidade do gasto público. De conformidade com o parágrafo 1.16 da política aplicável ao instrumento CCLIP (GN-2246-9), a operação foi desenhada contemplando como contraparte do Banco para a CCLIP a República Federativa do Brasil por meio do Ministério da Fazenda.
- 4.3 O [Marco de Referência](#) da CCLIP-PROFISCO II detalha a justificativa, estrutura, critério de elegibilidade, objetivo, escopo e as diretrizes e recomendações técnicas a serem observadas pelos projetos individuais.
- 4.4 **Condições de elegibilidade da CCLIP-PROFISCO II:** A operação proposta cumpre com os critérios de elegibilidade estabelecidos na Política aplicável ao CCLIP (GN-2246-9), e suas diretrizes operacionais (GN-2246-11) tanto para a criação da CCLIP quanto no atinente à primeira operação individual, conforme critérios de elegibilidade detalhados à continuação.
- a. **Elegibilidade da CCLIP.** Em cumprimento da política aplicável ao instrumento CCLIP (parágrafo 1.19 do GN-2246-9), destaca-se o seguinte: (i) as áreas a serem financiadas pela CCLIP são referentes à gestão fiscal do estados, que estão contempladas na estratégia e no programa de país com o Banco (ver parágrafos 2.17 e 2.18); (ii) os órgãos executores das operações individuais de empréstimo já executaram operações semelhantes nos últimos 5 anos³²; (iii) a execução desses projetos foi satisfatória e os órgãos executores cumpriram com as condições previstas nos contratos de empréstimo correspondentes, incluindo as disposições aplicáveis às aquisições e contratações, execução orçamentária e contábil, relatórios de prestação de contas, auditorias, e relatórios operacionais, entre outros; e (iv) espera-se que o desempenho dos órgãos executores continue sendo satisfatório para as operações individuais de empréstimo a serem financiadas dentro da nova linha CCLIP.
- b. **Elegibilidade da primeira operação de empréstimo.** A primeira operação de empréstimo individual, com o Estado do Ceará cumpre com os requisitos de elegibilidade previstos na política aplicável ao instrumento CCLIP (parágrafo 1.21 do GN-2246-9), dado que: (i) é compatível com o setor e com os componentes da CCLIP proposta; (ii) está incluída na programação do Banco com o Brasil para 2017; (iii) o estado executará a operação por meio da Secretaria de Fazenda (SEFAZ/CE), a qual foi o órgão executor da primeira operação individual sob a CCLIP PROFISCO I, o empréstimo 2044/OC-BR (BR-L1174); e (iv) o resultado da análise realizada demonstra que, a SEFAZ/CE não apresenta deterioração e os mesmos instrumentos de execução e monitoramento do projeto anterior poderão ser utilizados para esta operação. O PCR da operação mostrou que os objetivos foram

³² Dos 28 possíveis mutuários sob a CCLIP PROFISCO II, 24 estados brasileiros já executaram projetos semelhantes no amparo da linha CCLIP PROFISCO I. Por seu lado, o Estado do Amazonas, não obstante não ter executado operações no contexto do PROFISCO I, executou o empréstimo 3139/OC-BR (BR-L1385), aprovado pelo Banco em 2013, para o setor fiscal. Os estados do Acre e Amapá que também não executaram operações no PROFISCO I, executaram projetos na área fiscal com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social—BNDES. Somente o estado de Roraima não executou projetos semelhantes nos cinco anos anteriores. Consequentemente, o estado de Roraima não será elegível para participar na CCLIP PROFISCO II, a menos que, no contexto de eventual operação individual de empréstimo, a Diretoria Executiva do Banco aprovar uma exceção parcial no que diz respeito do requerimento de que o órgão executor tenha completado um projeto similar nos cinco anos anteriores.

alcançados de forma satisfatória, os recursos foram 100% desembolsados, a unidade executora cumpriu com os requerimentos contratuais e as políticas de desembolso do Banco, e suas prestações de contas foram auditadas, cumprindo com os prazos e os padrões de qualidade exigidos.

- 4.5 **Mutuários elegíveis para participar na CCLIP PROFISCO II.** Poderão ser elegíveis os 26 governos estaduais³³, o Distrito Federal e a União³⁴ quando receberem uma recomendação favorável da Comissão de Financiamento Externo (COFIEX) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a preparação de uma operação. O critério de dimensionamento do valor de cada operação individual é determinado pelo teto de endividamento aprovado pela COFIEX na carta consulta de cada estado. Os recursos de contrapartida serão detalhados no POD de cada operação individual.
- 4.6 A participação da União na CCLIP se justifica em razão do grande desafio que terá para coordenar e consolidar o significativo conjunto de ações que estão em curso nos três níveis de governo como parte do processo de modernização da gestão fiscal no Brasil. Por isso, a União necessita estar fortalecida e estruturada para poder liderar com eficácia o processo, assim como para garantir uma integração exitosa do grande volume de informações que os novos instrumentos eletrônicos vêm proporcionando, como por exemplo, o SPED, com ênfase na Nota Fiscal Eletrônica.
- 4.7 Os mutuários poderão optar pelas seguintes modalidades de empréstimo para investimento: (i) Empréstimos para projetos específicos; ou (ii) Empréstimos Baseados em Resultados (LBR), Na CCLIP-PROFISCO I somente o estado de Minas Gerais optou pela modalidade anterior de empréstimo em função de desempenho (PDL) e foi o projeto de mais rápida execução. O novo modelo de empréstimo baseado em resultado (LBR) poderá ser utilizado como alternativa pois há interesse do Banco e do governo brasileiro em elevar os programas a um nível mais estratégico de resultados, de promover eficiências no gerenciamento dos aspectos fiduciários das operações e fortalecer os sistemas nacionais. A avaliação da pertinência da modalidade será feita em cada projeto individual dependendo: (i) da capacidade institucional do mutuário na gestão por resultados; e (ii) da capacidade fiscal e financeira do mutuário. Os estados que optarem pela modalidade RBL deverão fazer menção em seus respectivos projetos e precisarão estar alinhados com as guias operativas do mesmo (GN-2869-1 y GN-2869-3).
- 4.8 A CCLIP-PROFISCO II e as respectivas operações individuais serão regidos por um único ROP que será aprovado conjuntamente com a primeira operação individual de crédito.
- 4.9 O valor proposto para a CCLIP-PROFISCO II será de até US\$900.000.000, com os quais se espera aprovar até 28 operações individuais de empréstimo dentro de um período de utilização de 14 anos.

³³ Como se mencionou mais acima, o estado de Roraima só poderá ser elegível para participar na CCLIP PROFISCO II se, no contexto de eventuais operação individual de empréstimo, a Diretoria Executiva do Banco aprovar uma exceção parcial no que diz respeito do requerimento de que o órgão executor tenha completado um projeto similar nos cinco anos anteriores.

³⁴ Na CCLIP PROFISCO I além dos estados, a União foi contemplada com uma operação específica denominada Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMINF) que ainda está em execução. Do mesmo modo a CCLIP PROFISCO II também contempla a possibilidade de que a União possa participar do novo programa.

- 4.10 Considera-se necessário propor uma exceção parcial aos Procedimentos para Tramitar Operações com Garantia Soberana (PR-200, Anexo I), a fim de que as operações individuais de empréstimo para projetos específicos que tenham como executores entidades que executaram projetos dentro da CCLIP PROFISCO I, não requeiram a preparação de um Perfil de Projeto (PP) nem a realização de uma reunião de elegibilidade (ERM) no contexto da nova CCLIP PROFISCO II.
- 4.11 **Conhecimento do setor.** O Banco tem apoiado diversos programas voltados à melhoria da gestão fiscal no Brasil, com destaque para Programa de Apoio à Modernização Fiscal dos Estados Brasileiros (PNAFE, [980/OC-BR](#)) e PROFISCO³⁵. Esta operação complementa os esforços de fortalecimento da capacidade das fazendas públicas para aumentar a receita própria, com foco na arrecadação, no aumento da eficiência e do controle do gasto público e na melhoria de serviços ao cidadão.

V. SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E ASPECTOS FIDUCIÁRIOS

- 5.1 De acordo com a Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguarda (GN-2208-20 e OP-703), esta operação não requer classificação e, por ser um CCLIP, foi classificado na categoria B.13.

VI. RECURSOS E CRONOGRAMA DE PREPARAÇÃO

- 6.1 O Anexo V apresenta o cronograma de trabalho e os recursos requeridos para financiar a preparação do Projeto (US\$99.050). A distribuição da Proposta de Desenvolvimento da Operação para a Revisão de Qualidade e Risco (QRR) está prevista para 6 de outubro de 2017, a aprovação do Comitê de Políticas de Operação (OPC) está prevista para 3 de novembro de 2017, e a aprovação pela Diretoria para 6 de dezembro de 2017.

³⁵ [BR-X1005: Avaliação Intermediária, 2014.](#)

CONFIDENCIAL

¹ La información contenida en este Anexo es de carácter deliberativo, y por lo tanto confidencial, de conformidad con la excepción relativa a “Información Deliberativa” contemplada en el párrafo 4.1 (g) de la “Política de Acceso al Información” del Banco (Documento GN-1831-28).



Safeguard Policy Filter Report

Operation Information

Operation		
BR-L1502 Fiscal Management Modernization of the State of Ceará - PROFISCO II CE		
Environmental and Social Impact Category	High Risk Rating	
B13	{Not Set}	
Country	Executing Agency	
BRAZIL	BR-GCEARA - SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARA)	
Organizational Unit	IDB Sector/Subsector	
Country Office Brazil	FISCAL POLICY FOR SUSTAINABILITY AND GROWTH	
Team Leader	ESG Primary Team Member	
JOSE BARROSO TOSTES NETO	{Not Set}	
Type of Operation	Original IDB Amount	% Disbursed
Loan Operation	\$70,000,000	0.000 %
Assessment Date	Author	
12 Sep 2017	mkevish Project Assistant	
Operation Cycle Stage	Completion Date	
ERM (Estimated)	23 Aug 2017	
QRR (Estimated)	26 Sep 2017	
Board Approval (Estimated)	{Not Set}	
Safeguard Performance Rating		
{Not Set}		
Rationale		
{Not Set}		



Safeguard Policy Filter Report

Potential Safeguard Policy Items

[No potential issues identified]

Safeguard Policy Items Identified

B.1 Bank Policies (Access to Information Policy– OP-102)

The Bank will make the relevant project documents available to the public.

B.2 Country Laws and Regulations

The operation is expected to be in compliance with laws and regulations of the country regarding specific women's rights, the environment, gender and indigenous peoples (including national obligations established under ratified multilateral environmental agreements).

B.3 Screening and Classification

The operation (including [associated facilities](#)) is screened and classified according to its potential environmental impacts.

B.7 Supervision and Compliance

The Bank is expected to monitor the executing agency/borrower's compliance with all safeguard requirements stipulated in the loan agreement and project operating or credit regulations.

B.13. Noninvestment Lending and Flexible Lending Instruments

Ex-ante impact classification may not be feasible for this type of operation. This includes: policy-based loans, Financial Intermediaries (FIs) or loans that are based on performance criteria, sector-based approaches, and conditional credit lines for investment operations.

Recommended Actions

Operation has triggered 1 or more Policy Directives; please refer to appropriate Directive(s). Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PP (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR.

Additional Comments

this is a conditional credit lines for investment operation for the PROFISCO II.

ESTRATÉGIA AMBIENTAL E SOCIAL (EAS)

- 1.1 De acordo com a Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do Banco (GN-2208-20 y OP-703) e os resultados do Filtro de Política de Salvaguardas, esta operação não requer classificação e, por se tratar de uma CCLIP, foi classificada na categoria B.13.

ÍNDICE DE TRABALHOS SETORIAIS

Estudo	Descrição	Data estimada	Referência
Autorização Legais	Recomendação COFIEX N° 04/0121, de 28 de abril de 2017		EZSHARE-1935926188-9
	Previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei N. 16.199 de 29 de dezembro de 2016 – Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2017.		EZSHARE-676725693-4
	Previsão no Plano Plurianual (PPA) – Lei N. 15.929 de 29 de dezembro de 2015 – Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2016-2019.		EZSHARE-676725693-5
	Autorização para contratação da operação	30 de setembro de 2017	
Viabilidade técnica	Consolidação da Matriz de Problemas, Soluções e Resultados	30 de agosto de 2017	
	Plano de Execução Plurianual (PEP)	30 de setembro de 2017	
	Plano de Operativo Anual (POA)	30 de setembro de 2017	
	Detalhamento do Plano de Ações e de Investimentos (PAI)	30 de setembro de 2017	
	Elaboração de Notas Técnicas dos Produtos priorizados	30 de setembro de 2017	
	Elaboração de TdR para os Produtos do 1º ano execução	30 de outubro de 2017	
	Relatório do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Ceará (PAF) – Período 2016-2018 (18ª Revisão)		EZSHARE-676725693-3

Estudo	Descrição	Data estimada	Referência
	Ofício da STN n. 91/2017 - Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados – Redistribuição das operações de crédito a contratar do Anexo V do Programa do Estado do Ceará		EZSHARE-676725693-6
Viabilidade econômica	Avaliação Econômica do Projeto	30 de agosto de 2017	
Resultados e impactos	Plano de Monitoramento e Avaliação	30 de agosto de 2017	
Diagnóstico institucional e fiscal	Modelo Conceitual do Diagnóstico: Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS)		
	Madurez y desempeño de la gestión fiscal-MD GEFIS: Una propuesta de evaluación		EZSHARE-1935926188-15
	Relatório de Diagnóstico: Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS)	30 de agosto de 2017	
Linha de Crédito PROFISCO II	Diretrizes e Recomendações Técnicas para o Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal dos Estados Brasileiros		EZSHARE-1935926188-10
	Ofício do Ministro da Fazenda ao Representante do BID solicitando novo programa - PROFISCO II		EZSHARE-1935926188-12
	Ofício do Ministro da Fazenda ao Representante do BID solicitando Cooperação Técnica de apoio ao novo programa PROFISCO II		EZSHARE-1935926188-13
	Carta do Secretários de Fazenda ao Ministro da Fazenda solicitando novo programa PROFISCO II		EZSHARE-1935926188-2
	Marco de Referência do PROFISCO II		EZSHARE-1935926188-3

Estudo	Descrição	Data estimada	Referência
	Regulamento Operativo (ROP) do PROFISCO II	30 de agosto de 2017	
PROFISCO BR-X1005	Relatório de Término de Projeto - PCR PROFISCO Ceará (BR-L1174)		EZSHARE-676725693-2
	PROFISCO (BR-X1005): Avaliação Intermediária, 2013		EZSHARE-1935926188-16
	PROFISCO (BR-X1005): Avaliação Intermediária, 2014		EZSHARE-1935926188-4
	PROFISCO (BR-X1005): Termos de Referência nova avaliação Intermediária, 2017		EZSHARE-1935926188-17
PNAFE	Relatório de Avaliação do PNAFE		EZSHARE-1935926188-11
Estudos técnicos	Avaliando a gestão por resultados nas áreas fiscais dos estados brasileiros		EZSHARE-1935926188-18
	Livro “Desafios e Tendências da Gestão Fiscal dos Estados Brasileiros: uma visão estratégica”		EZSHARE-107223345-3
	Trilha de capacitação dos Estados Brasileiros		EZSHARE-1935926188-19
	Estrutura, funcionamento e competências das UCPs dos PROFISCOS		EZSHARE-1935926188-20

Estudo	Descrição	Data estimada	Referência
	Índice de Transparência e Cidadania Fiscal – ITCF: manual de apuração		EZSHARE-1935926188-21
	Diagnóstico dos Sistemas Integrados de Administração Financeira – SIAFs dos estados brasileiros		EZSHARE-1935926188-22
	Guia de Apoio aos Estados no processo de convergência às IPSAS		EZSHARE-1935926188-23
	Compras públicas estaduais: boas práticas brasileiras		EZSHARE-1935926188-24

CONFIDENCIAL

¹ La información contenida en este Anexo es de carácter deliberativo, y por lo tanto confidencial, de conformidad con la excepción relativa a “Información Deliberativa” contemplada en el párrafo 4.1 (g) de la “Política de Acceso al Información” del Banco (Documento GN-1831-28).